

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 10 de fevereiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@abr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na segunda-feira
1,8%
São Paulo

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
181.708
4/2 5/2 6/2 9/2 **186.241**

Na segunda-feira
R\$ 5,188
(-0,62%)

Dólar
Últimos
3/fevereiro 5,250
4/fevereiro 5,249
5/fevereiro 5,253
6/fevereiro 5,220

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na segunda-feira

R\$ 6,185

CDI
Ao ano

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,90%
14,85%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18
Dezembro/2025 0,33



CASO MASTER / Presidente do Banco Central afirma que a liquidação do Master foi motivada por uma crise de liquidez e não pela taxa de retorno oferecida pelo banco na emissão de CDBs, bastante superior ao CDI

Galípolo: regras não impedem CDB maior

» PEDRO JOSÉ*

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que a oferta de Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rentabilidade acima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) não configura, por si só, irregularidade nem justificaria uma intervenção da autoridade monetária no Banco Master. A declaração foi feita durante evento da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), em São Paulo.

"Muita gente comentava essa questão de captar acima do CDI. E, como se sabe, não existe nenhuma regra que proíba fazer captações a uma taxa como aquela," disse.

A liquidação extrajudicial do Banco Master foi decretada em novembro. De acordo com o Banco Central, a medida teve como base a constatação de uma crise de liquidez, que impedia o banco de honrar compromissos financeiros dentro dos prazos estabelecidos.

Galípolo afirmou que, apesar de o Master ter baixa participação no mercado, a complexidade do caso exigiu acompanhamento detalhado. "Tinha gente que cobrava que liquidasse o banco porque existiam CDBs sendo emitidos a uma taxa superior ao CDI. Não se trata disso", reforçou. Segundo ele, a atuação do Banco Central foi cuidadosa, em linha com a responsabilidade de preservar a estabilidade do sistema financeiro.

Os problemas do banco, disse, estavam relacionados à perda de credibilidade, restrições de liquidez e dúvidas levantadas durante o processo de fiscalização sobre a formação de novas carteiras de crédito.

Ele afirmou que o Banco Central

atuou de forma coordenada com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ao longo do processo.

Orçamento baixo

Galípolo aproveitou a oportunidade para criticar o baixo orçamento do BC e defender a independência financeira. "Temos um aumento no número das instituições que estão sob supervisão do Banco Central e outras que não estão, em meio à redução significativa de pessoas e recursos", disse Galípolo, que, por outro lado, destacou a importância da autonomia institucional da autoridade monetária e da Polícia Federal.

Ele frisou que a apuração busca responsabilizar pessoas, preservando o funcionamento do sistema, e destacou o fato de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva respeitar e reconhecer a importância da autonomia do Banco Central e da Polícia Federal no tratamento do caso.

Muita gente pode dizer que a autonomia do Banco Central e da Polícia Federal é uma garantia constitucional. Mas ter essa certeza, essa tranquilidade, de que vamos poder trabalhar com essa autonomia, sem que ninguém nos pergunte o que está sendo sugerido e garantir essa proteção do Presidente da República é bastante importante", afirmou.

Gabriel Galípolo também afirmou que 2025 foi um ano de reforço da atuação da autoridade monetária na defesa da estabilidade monetária e financeira. Segundo o presidente do BC, a estabilidade segue como o eixo central da atuação da autoridade monetária e a transparéncia é um dos pontos que vêm sendo reforçados na condução das políticas.

Ao tratar da política monetária, Galípolo afirmou que o atual ciclo entrou em uma fase de "calibragem". De acordo com ele, "existe, sim, a necessidade de fazer um reconhecimento de uma



As falas de Galípolo ocorreram em debate promovido pela Associação Brasileira de Bancos, presidida por Cassio von Gal (esquerda)

Ele apontou que o BC enfrentou desafios relevantes ao longo do ano e passou a organizar sua agenda futura com foco nesses dois pilares.

Calibragem nos juros

Ao tratar da política monetária, Galípolo afirmou que o atual ciclo entrou em uma fase de "calibragem". De acordo com ele, "existe, sim, a necessidade de fazer um reconhecimento de uma

melhora que ocorreu entre o período onde a gente conclui a elevação da taxa de juros e tinha aquele cenário que a gente descreveu". Segundo ele, "o ambiente inflacionário, inflação corrente, a expectativa está numa situação melhor do que a gente tinha naquele momento (quando os juros foram elevados)."

O presidente do BC também

apontou características estruturais da economia brasileira que

influenciam a transmissão da política monetária. Entre elas, citou o modelo de financiamento imobiliário e o elevado percentual da dívida pública indexada à taxa Selic e à inflação.

No cenário internacional, Galípolo apontou que o debate regulatório após a crise de 2008 levou ao crescimento dos intermediários financeiros não bancários (NBFIs).

"O Brasil sempre chama a atenção do resto do

mundo pelo fato de que, entre os emergentes, é o segundo país com maior participação dos NBFIs no mercado. Porém, do ponto de vista sistemico, das preocupações de crise que os outros países possuem, é diferente no Brasil, porque a maior parte dessas NBFIs tem no seu patrimônio títulos públicos", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

BC vai rever regras do Fundo Garantidor de Crédito

» RAFAELA GONÇALVES

O diretor de Regulação do Banco Central (BC), Gilneu Vivan, afirmou, ontem, que, após o caso Banco Master, a autoridade monetária pretende rever as regras do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ao longo deste ano e de 2027. Segundo ele, a iniciativa integra uma agenda mais ampla de ajustes regulatórios que está sendo construída pelo BC, embora ainda não haja definição sobre quais normas serão alteradas.

"Devemos incluir na agenda para

este ano e o ano que vem a revisão de algumas regras do FGC, a definição de regras para distribuição de títulos e a discussão sobre a transparéncia da remuneração dos intermediários", afirmou Vivan, ontem, durante um evento sobre estabilidade financeira promovido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), em São Paulo.

De acordo com o diretor, a expectativa é de que essa agenda seja organizada e divulgada publicamente pelo Banco Central em meados de março. Vivan ressaltou que o episódio envolvendo o Banco Master

expõe novos desafios para a atuação da autoridade monetária e exige uma reavaliação dos processos internos. "Quando tivemos outras liquidações extrajudiciais no passado, o ambiente era outro. Agora, o debate é bem mais complexo. Temos de ajustar os nossos processos para essa nova realidade", disse.

O Fundo Garantidor de Créditos passou a ocupar o centro do debate desde novembro do ano passado, quando o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, instituição atingida por uma

crise de liquidez e alvo de investigações por suspeitas de fraude. Em janeiro deste ano, o BC também determinou a liquidação do Will Bank, financeira controlada pelo mesmo grupo, ampliando o alcance do caso.

Custo elevado

O impacto financeiro dessas liquidações é considerado elevado. Somadas as operações do Banco Master e do Will Bank, o FGC estima que o custo total dos resarcimentos aos clientes pode superar

R\$ 46,9 bilhões, um dos maiores de

simbolos já projetados pelo fundo.

Apesar do volume expressivo, Vivan avaliou que o arcabouço de proteção ao sistema financeiro cumpriu seus principais objetivos. "O arcabouço tem dois grandes objetivos. O primeiro é proteger o depósito popular, e acredito que a gente tem conseguido sucesso nisso. O FGC já pagou 85% dos investidores no caso Master, o que nos mostra que a coisa funciona", afirmou.

Segundo o diretor, o episódio também não provocou efeitos

relevantes sobre a captação de recursos por bancos de pequeno e médio porte. "Não vimos nenhuma mudança na estrutura de captação desses bancos, o que mostra que o problema ficou circunscrito onde ele devia ter ficado", completou.

Ainda assim, Vivan reconheceu que houve falhas no ritmo do resarcimento aos clientes. "Todos os clientes vão ser reembolsados. Mas tem demorado mais do que eu gostaria. Nós não conseguimos ser efetivos, então, temos uma lição a aprender aí", concluiu.

Divulgação



O material extraído do celular de Vorcaro está em fase de análise pela PF

PF quebra criptografia de celular de Daniel Vorcaro

CPMI do INSS

A expectativa é de que o ministro Dias Toffoli, relator do caso no STF, autorize o envio de informações obtidas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ampliando o acesso do colegiado ao conteúdo considerado sensível para o avanço das apurações.

O uso dessas ferramentas reflete um reforço recente da estrutura tecnológica da PF, que passou a contar com soluções capazes de enfrentar criptografias mais sofisticadas presentes nos modelos mais novos de aparelhos.

Conforme o requerimento que embasou a convocação, Vorcaro deverá prestar esclarecimentos sobre a atuação do Banco Master no mercado de crédito consignado voltado a aposentados e pensionistas.

O conteúdo extraído do celular é considerado peça central para o avanço das apurações. Além das suspeitas de irregularidades na gestão e nas operações do Banco Master, a Polícia Federal também investiga a possibilidade de que o banqueiro tenha exercido pressão sobre autoridades públicas na tentativa de evitar a liquidação da instituição, o que pode abrir uma nova frente de apuração com desdobramentos criminais e políticos. (RG)